

IURA NOVIT CURIA E CAUSA DE PEDIR

O juiz e a qualificação jurídica dos fatos no processo civil brasileiro

Diretora Responsável

MARISA HARMS

Diretora de Operações de Conteúdo

JULIANA MAYUMI O. ONO

Editoras: Aline Darcy Flôr de Souza, Andréia Regina Schneider Nunes, Cristiane Gonzalez Basile de Faria, Diego Garcia Mendonça, Iviê A. M. Loureiro Gomes, Luciana Felix e Marcella Pâmela da Costa Silva

Assistentes Administrativas Editoriais: Francisca Lucélia Carvalho de Sena e Juliana Camilo Menezes

Produção Editorial

Coordenação

DANIEL CESAR LEAL DIAS DE CARVALHO

Analistas de Operações Editoriais: Aline Almeida da Silva, André Furtado de Oliveira, Damares Regina Felício, Danielle Rondon Castro de Moraes, Felipe Augusto da Costa Souza, Felipe Jordão Magalhães, Fernanda Teles de Oliveira, Flávia Campos Marcelino Martines, Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos, Juliana Cornacini Ferreira, Maria Eduarda Silva Rocha, Maurício Zednik Cassim, Patrícia Melhado Navarra, Rafaella Araujo Akiyama, Thiago César Gonçalves de Souza e Thiago Rodrigo Rangel Vicentini

Qualidade Editorial e Revisão

Coordenação

LUCIANA VAZ CAMEIRA

Analistas de Qualidade Editorial: Carina Xavier Silva, Cinthia Santos Galarza, Daniela Medeiros Gonçalves Melo, Marcelo Ventura e Maria Angélica Leite

Analistas Editoriais: Daniele de Andrade Vintecinco e Mayara Crispim Freitas

Capa: Chrisley Figueiredo

Administrativo e Produção Gráfica

Coordenação

CAIO HENRIQUE ANDRADE

Analista Administrativo: Antonia Pereira

Analista de Produção Gráfica: Rafael da Costa Brito

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Domit, Otávio Augusto Dal Molin

lura Novit Curia e causa de pedir: o juiz e a qualificação jurídica dos fatos no processo civil brasileiro / Otávio Augusto Dal Molin Domit. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016. – (Coleção o novo processo civil / coordenadores Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart, Daniel Mitidiero)

Bibliografia.

ISBN 978-85-203-6956-2

1. Brasil. Superior Tribunal de Justiça – Jurisprudência 2. Estado de Direito 3. Precedentes (Direito) 4. Processo civil – Brasil I. Marinoni, Luiz Guilherme. II. Arenhart, Sérgio Cruz. III. Mitidiero, Daniel. IV. Título. V. Série.

16-02518

CDU-347.991(81)

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil: Superior Tribunal de Justiça: Direito processual civil 347.991(81)

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	11
INTRODUÇÃO	19
PARTE I – A GÊNESE DA MÁXIMA IURA NOVIT CURIA.....	23
1. O Direito como Fenômeno Cultural e a Razão para a Análise do Problema em Perspectiva Histórica.....	23
2. Os Modelos de Organização do Formalismo Processual e a sua Compatibilidade com a Regra que Atribui ao Juiz o Poder de Alterar a Qualificação Jurídica dos Fatos da Causa	26
2.1. O modelo isonômico	27
2.2. O modelo assimétrico	30
3. O Formalismo do Processo no Direito Romano e a Gênese da Regra que Autoriza o Juiz a Suprir as Deficiências das Alegações das Partes.....	32
3.1. O processo das <i>legis actiones</i>	34
3.2. O processo <i>per formulas</i>	39
3.3. O processo da <i>extraordinaria cognitio</i>	50
4. A Recepção da Regra no <i>Ius Commune</i>	58
4.1. A fundação da experiência jurídica medieval	58
4.2. O desenvolvimento do direito na Idade Média	60
4.3. O <i>ordo iudicarius</i> medieval	61
4.4. Juiz, partes e a qualificação jurídica dos fatos no processo romano-canônico	65
5. A Afirmação da Regra na Passagem do <i>Ius Commune</i> para o Direito Moderno e a Cunhagem da Máxima <i>Iura Novit Curia</i>	68
5.1. Os pressupostos sociais do direito moderno e o surgimento da máxima <i>iura novit curia</i>	70
5.2. Os pressupostos lógicos do direito moderno e as condições jus-filosóficas de afirmação da máxima <i>iura novit curia</i>	81
5.3. O <i>processus moderno</i>	86
5.4. Síntese conclusiva: a afirmação da máxima <i>iura novit curia</i>	88

PARTE II – O OBJETO DA MÁXIMA IURA NOVIT CURIA	91
1. O Processo Civil Encarado em sua Perspectiva Conceitual e a Necessidade de Tratamento Dogmático da Máxima <i>Iura Novit Curia</i>	91
2. A Demanda e seus Limites como Problema Fundamental à Aplicação da Máxima <i>Iura Novit Curia</i>	96
3. O Conteúdo da Demanda e sua Individualização em Tripla Perspectiva	105
3.1. O conteúdo da demanda na perspectiva da teoria do objeto litigioso.....	111
3.1.1. Individualização e substanciação na delimitação do conteúdo da demanda.....	113
3.1.2. A noção de objeto litigioso no direito alemão: de Lent a Habscheid, passando por Schwab	115
3.1.2.1. O objeto litigioso como afirmação jurídica (<i>Rechtsbehauptung</i>)	118
3.1.2.2. O objeto litigioso delimitado pelo pedido (<i>Begehren/Antrag</i>)	123
3.1.2.3. Estado de fato (<i>Lebenssachverhalt</i>) e afirmação jurídica (<i>Rechtsbehauptung</i>) na delimitação do objeto litigioso	127
3.2. O conteúdo da demanda na perspectiva da teoria da ação	129
3.2.1. A doutrina da identificação das ações na obra de Giuseppe Chiovenda.....	131
3.2.2. A doutrina da identificação das ações na doutrina contemporânea e sucessiva a Giuseppe Chiovenda.....	143
3.2.2.1. Liebman e a concorrência de ações.....	144
3.2.2.2. Zanzucchi e Gianozzi e a relevância exclusiva dos fatos para a determinação da <i>causa petendi</i>	148
3.2.2.3. Cerino Canova e a importância preponderante do direito afirmado para a determinação da <i>causa petendi</i> : as demandas autodeterminadas e heterodeterminadas	154
3.2.2.4. Heintz, Fazzalari e Proto Pisani e a relevância concorrente do fato e do direito para a determinação da <i>causa petendi</i>	157
3.3. O conteúdo da demanda na perspectiva da teoria da lide	168
3.3.1. A lide como conteúdo da demanda no pensamento de Francesco Carnelutti.....	169
3.3.2. Crítica ao pensamento de Carnelutti.....	175
3.4. Síntese conclusiva: qualificação jurídica dos fatos e aplicação da máxima <i>iura novit curia</i> em face das teorias examinadas.....	178

PARTE III – A APLICAÇÃO DA MÁXIMA <i>IURA NOVIT CURIA</i> NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	181
1. O Processo Civil Brasileiro Contemporâneo. A Cultura Jurídica do Estado Constitucional e a Necessidade de Releitura da <i>Máxima Iura Novit Curia</i>	181
1.1. Breve aceno sobre a formação jurídico-cultural do processo civil brasileiro até os primórdios do Estado Constitucional.....	182
1.2. O Estado Constitucional, o direito ao processo justo e o paradigma do processo civil brasileiro contemporâneo. O contexto do surgimento do Código de Processo Civil de 2015	195
1.2.1. Em especial: a tutela dos direitos como função precípua da jurisdição no Estado Constitucional.....	206
1.2.2. Em especial: o direito material e sua influência na estruturação do processo civil atual	210
1.2.3. Em especial: a colaboração como modelo de organização do processo civil brasileiro contemporâneo.....	215
1.3. A necessidade de releitura da máxima <i>iura novit curia</i> à luz do Código de Processo Civil de 2015 e diante do paradigma metodológico e do modelo de organização do processo civil brasileiro contemporâneo	220
2. O Objeto Litigioso no Processo Civil Brasileiro e no Sistema do Código de Processo Civil de 2015	224
2.1. Em especial: a demanda no processo civil brasileiro.....	235
2.1.1. A necessidade de identificação da demanda e de seu conteúdo a partir do direito material	237
2.1.2. A <i>causa petendi</i> no direito brasileiro: proposta de estruturação e tratamento no âmbito das relações entre direito e processo	247
2.1.2.1. Fatos e fundamentos jurídicos: o papel de cada elemento na configuração da <i>causa petendi</i>	256
2.1.2.2. A indissociabilidade da questão de fato da questão de direito na narrativa processual.....	259
2.1.2.3. A <i>causa petendi remota</i> e a alegação de fato. Fatos essenciais e fatos secundários	265
2.1.2.4. A <i>causa petendi proxima</i> e a qualificação jurídica. Fundamento legal e fundamento jurídico	270
2.1.2.5. O fundamento jurídico da <i>causa petendi</i> e a identificação da situação jurídica afirmada. Análise a partir da problemática relativa à estabilização objetiva da demanda	278

3. A Aplicação da Máxima <i>Iura Novit Curia</i> no Processo Civil Brasileiro: Limites e Condições	285
3.1. Limites à aplicação da máxima <i>iura novit curia</i> : o princípio da demanda	286
3.2. Condições de aplicação da máxima <i>iura novit curia</i> : contraditório prévio e vedação à decisão surpresa	300
CONSIDERAÇÕES FINAIS	307
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	311